



# **Um assassinato transformado em suicídio: ação conjunta das agências de segurança estaduais e federais na repressão à luta armada durante a ditadura civil-militar na Bahia (1971)**

**JULIANA MARQUES DO NASCIMENTO**

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE 

---

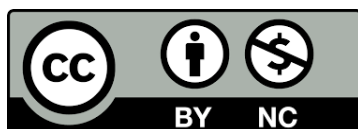
**CLIO: REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA**

v. 43, e264423, 2025

<https://doi.org/10.51359/2525-5649.2025.264423>

e-ISSN: 2525-5649

---



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025.  
Licenciado sob Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0).

*Um assassinato transformado em suicídio: ação conjunta das agências de segurança estaduais e federais na repressão à luta armada durante a ditadura civil-militar na Bahia-Brasil (1971)*

**RESUMO:** Este artigo busca explorar as ações dos órgãos de repressão política na Bahia durante a ditadura civil-militar brasileira, com foco em um evento chave ocorrido em 1971: uma operação policial que levou à morte de Iara Iavelberg, integrante do grupo de luta armada Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Apesar de ter se tratado de um assassinato, a narrativa oficial – elaborada em conjunto por agências locais e nacionais do regime – afirmou que Iavelberg havia cometido suicídio. O estudo analisa testemunhos e documentos oficiais da época, com ênfase especial no inquérito da operação, um documento inédito nos estudos históricos sobre a ditadura. Essa abordagem destaca de maneira abrangente os mecanismos de repressão estatal e a manipulação de informações naquele período, fazendo uso da história oral e da análise de fontes sensíveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** ditadura civil-militar; suicídio forjado; organizações de luta armada; órgãos de segurança; polícia federal.

---

*Un asesinato transformado en suicidio: acción conjunta de los organismos de seguridad estatales y federales en la represión de la lucha armada durante la dictadura cívico-militar en Bahía, Brasil (1971)*

**RESUMEN:** Este artículo busca explorar las acciones de los organismos de represión política en Bahía durante la dictadura civil-militar brasileña, enfocándose en un evento clave de 1971: una operación policial que llevó a la muerte de Iara Iavelberg, miembro del grupo de lucha armada Movimiento Revolucionario 8 de Octubre (MR-8). A pesar de las pruebas que sugieren que fue asesinada, la narrativa oficial – elaborada a través de la colaboración entre las agencias locales y nacionales – afirmaba que Iavelberg se había suicidado. El estudio se basa en testimonios de testigos y documentos oficiales del período, con especial énfasis en la investigación del operativo, un documento previamente inexplorado en los estudios históricos sobre la dictadura. Este enfoque destaca a fondo los mecanismos de represión estatal y la manipulación de la información durante esa época, utilizando la historia oral y el análisis de fuentes sensibles.

**PALABRAS CLAVE:** dictadura cívico-militar brasileña; suicidio simulado; organizaciones de lucha armada; organismos de seguridad; policía federal.

---

*A murder turned into suicide: joint action of state and federal security agencies in the repression of armed struggle during the civil-military dictatorship in Bahia-Brazil (1971)*

**ABSTRACT:** This article seeks to explore the actions of political repression agencies in Bahia during the Brazilian civil-military dictatorship, focusing on a key event from 1971: a police operation that led to the death of Iara Iavelberg, a member of the armed struggle group Revolutionary Movement 8th October (MR-8). Despite evidence suggesting that she was murdered, the official narrative – crafted through collaboration between local and national agencies – claimed that Iavelberg had committed suicide. The study is based on witness testimonies and official documents from the period, with particular emphasis on the raid's inquiry, a previously unexplored document in historical studies on the dictatorship. This approach thoroughly highlights the mechanisms of state repression and the manipulation of information during that era, making use of oral history and the analysis of sensitive sources.

**KEYWORDS:** brazilian civil-military dictatorship; staged suicide; armed struggle organizations; security agencies; federal police.

# **Um assassinato transformado em suicídio: ação conjunta das agências de segurança estaduais e federais na repressão à luta armada durante a ditadura civil-militar na Bahia-Brasil (1971)**

JULIANA MARQUES DO NASCIMENTO

---

## ***Introdução***

Em meados de agosto de 1971, Iara Iavelberg foi levada por César Queiróz Benjamin a um apartamento localizado no Edifício Santa Terezinha, no bairro da Pituba, em Salvador. Ele, carioca de 17 anos, era um dos dirigentes regionais na Bahia do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8 / Oito), organização clandestina que buscava desencadear a revolução socialista no país por meio da luta armada. Ela, paulistana e dez anos mais velha, tinha se filiado ao grupo apenas no início de 1971.

Desde 1964, o Brasil estava sob uma ditadura civil-militar, iniciada por um golpe que interrompeu o governo do então presidente João Goulart, que havia sido democraticamente eleito. O regime autoritário foi legitimado por líderes civis das direitas e apoiado por certos setores da população, sob o pretexto de salvar o país de uma “ameaça comunista”.<sup>1</sup> As esquerdas, predominantemente organizadas em torno do Partido Comunista Brasileiro (PCB), não conseguiram organizar uma resistência. No entanto, especialmente a partir da segunda metade da década de 1960, surgiram organizações críticas ao partido – inspiradas pelas experiências chinesa, vietnamita e cubana – com o objetivo de derrubar a ditadura por meio da luta armada e, ao mesmo tempo,

---

<sup>1</sup> Janaína Martins Cordeiro, *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*, Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

iniciar a revolução através da guerra de guerrilha.<sup>2</sup> Entre esses grupos estava o MR-8.<sup>3</sup>

Embora tivesse se filiado ao MR-8 naquele mesmo ano, Iavelberg era considerada um quadro muito importante e, ao mesmo tempo, “queimada”: estava entre as mais procuradas pelas agências de segurança da ditadura, com suas fotos espalhadas por cartazes e jornais. Antes mesmo de se engajar no grupo, ela já estava envolvida ativamente na oposição política ao regime desde o golpe e, a partir de meados de 1968, dedicou-se completamente à militância clandestina – sendo obrigada a deixar seu emprego, cortar o contato diário com sua família e amigos e renunciar à sua “vida comum” para evitar a prisão.

Portanto, Iavelberg estava completamente familiarizada com a vida em apartamentos como aquele para o qual Benjamin a estava levando, os chamados “aparelhos”: imóveis alugados por pessoas ligadas às organizações, que serviam como residências, depósitos de materiais e/ou locais para reuniões clandestinas. Contudo, ela acreditava que aquele seria um dos últimos localizados em um centro urbano, já que a organização planejava transferi-la para uma área rural próxima à fronteira entre Bahia e Goiás. Lá, ela via maior potencial para realizar suas atividades políticas com segurança.<sup>4</sup>

Além de suas próprias atividades políticas, Iavelberg era considerada “perigosa” por ser companheira do homem mais procurado do Brasil naquele momento, Carlos Lamarca, capitão do Exército que havia desertado das Forças Armadas para integrar organizações opositoras ao regime. Também Lamarca se encontrava na Bahia, mas na região interiorana, próxima ao município de Brotas de Macaúbas, desempenhando funções pelo MR-8.

As autoridades da repressão não tinham qualquer informação da presença do casal no estado até o início de agosto de 1971 – a última localização conhecida dos dois era o então estado da Guanabara, considerado pelos militantes inseguros e cujas polícias políticas atuavam de forma articulada e violenta, prendendo e assassinando cada vez mais pessoas ligadas à luta armada. A Bahia foi escolhida para abrigar o casal em função dos trabalhos já levados a cabo pelo MR-8, sobretudo no interior. Em Salvador, a organização já tinha sofrido grande desmantelamento, graças a prisões naquele mesmo ano de quadros importantes. Apesar disso, o apartamento para o qual Iavelberg foi levada era mantido como uma das últimas “reservas de segurança” na cidade.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> Daniel Aarão Reis, *A revolução faltou ao encontro: os caminhos do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1989.

<sup>3</sup> Higor Codarin, *O MR-8 na luta armada: as armas da crítica e a crítica das armas*, São Paulo: Alameda Editorial, 2019.

<sup>4</sup> Arquivo Edgard Leuenroth (doravante AEL), Fundo Judith Patarra (doravante FJP), *Entrevista com João Lopes Salgado*, [ca. 198-].

<sup>5</sup> AEL, FJP, *Entrevista com César Queiróz Benjamin*, [ca. 198-].

Contudo, desde o dia 11 de agosto, a Delegacia Regional da Polícia Federal da Bahia já tinha conhecimento de que o local era utilizado pelo MR-8 para ditas “atividades subversivas”.<sup>6</sup> Munida desse dado, a entidade passou a planejar uma operação que provocasse a prisão dos moradores: lá, os agentes esperavam encontrar César Queiroz Benjamin, já mencionado, e João Lopes Salgado, membro da direção nacional do Oito.<sup>7</sup> Poucos dias depois, a ação foi concretizada, resultando na prisão de dois militantes do MR-8 – apesar de não aqueles que os órgãos esperavam: Jaileno Sampaio da Silva e Nilda Carvalho Cunha, além do assassinato de Iara Iavelberg. Entretanto, só se soube este último fato no início da década de 2000, dado que a versão oficial para sua morte, desde o momento em que ocorreu, foi a de que ela teria se suicidado.

Dessa forma, esse artigo pretende analisar o cerco ao apartamento no bairro da Pituba, em Salvador, em agosto de 1971 e, através dele, examinar como foi criada e sustentada a narrativa de suicídio. Esses tópicos permitem compreender o funcionamento da repressão à luta armada no estado da Bahia, uma vez que entidades repressivas diversas, de modo a extrapolar as fronteiras estaduais, foram mobilizadas para o planejamento, a execução e os desdobramentos da operação: envolveu-se grande parte do complexo aparato construído pela ditadura em nível nacional, além de serem acionadas instituições internacionais que possuíam interesse nos assuntos de segurança brasileiros, como esse texto pretende demonstrar. Tais aspectos demonstram a importância que a ação representou na luta do governo ditatorial contra as organizações revolucionárias e auxiliam a avaliar o motivo pelo qual a verdadeira causa da morte de Iavelberg foi ocultada, levando em consideração que o extermínio dos militantes da luta armada estava na ordem do dia do governo ditatorial.

Ademais, graças às informações obtidas com o suposto suicídio, tais órgãos, ainda conjuntamente, trabalharam para o desencadeamento de outra importante operação em terras baianas, posteriormente denominada Operação Pajussara. Seu principal objetivo foi a captura de Carlos Lamarca, uma vez que as autoridades acreditavam que sua morte representaria o aniquilamento decisivo da luta armada – e, conseqüentemente, a vitória “definitiva” da ditadura sobre as tentativas de uma revolução socialista.<sup>8</sup>

Ambas as operações tiveram impacto social significativo durante a ditadura e após a redemocratização, sendo tema de reportagens em várias

---

<sup>6</sup> Arquivo do Superior Tribunal Militar (doravante STM), Justiça Militar da União, Função Judicial 1ª Instância, Crimes contra a Ordem Política e Social, *Autos findos 90, Bahia, [1975]*, v. 1, p. 19-21.

<sup>7</sup> STM, *Autos findos 90*, p. 37.

<sup>8</sup> Denise Rollemberg, “Esquerdas revolucionárias e luta armada”, in Jorge Ferreira e Lucilia Delgado (orgs.), *O Brasil republicano: o tempo do regime autoritário. Ditadura militar e redemocratização*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 49-100.

ocasiões nas décadas seguintes. A história de Iavelberg e Lamarca foi retratada em livros, filmes e documentários, e a causa da morte dela foi amplamente questionada por sua família e por grupos de direitos humanos, até ser finalmente reconhecida como assassinato nos anos 2000.

Este artigo, no entanto, se mostra importante para o debate ao analisar fontes inéditas, como o inquérito produzido como resultado da operação, mantido no arquivo do Superior Tribunal Militar sob a identificação “Autos findos 90/1975”, nunca examinado em pesquisas históricas ou na literatura sobre o assunto. Esses dados serão cruzados com diferentes tipos de fontes, como orais, incluindo entrevistas conduzidas pela autora entre 2020 e 2021, bem como aquelas realizadas pela jornalista Judith Patarra, que coletou depoimentos na década de 1980 para sua biografia sobre Iara Iavelberg.<sup>9</sup> Além disso, relatórios e dossiês disponibilizados pelo Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional também serão examinados.

Os documentos serão examinados com o olhar crítico que os historiadores precisam aplicar às suas fontes. No caso dos depoimentos orais, é importante considerar, como Alessandro Portelli aponta, que a memória

Não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado. (...) Portanto, o trabalho do historiador oral inclui uma checagem dos fatos que seja tão cuidadosa quanto possível, a fim de que possamos distinguir entre narrativas factualmente confiáveis e os casos significativos de mito e erro criativo.<sup>10</sup>

O autor também destaca que “até mesmo o erro, a invenção e o mal-entendido (...) tornam-se sintomas preciosos de processos históricos importantes”.<sup>11</sup> Essa última observação também é relevante para as fontes da era da ditadura, como aponta a historiadora Gabriela Águila. Elas precisam ser analisadas com a consciência de que seu conteúdo pode ser intencionalmente enganoso: esses documentos podem ser “parciais, intencionais, indiretas”. Águila enfatiza ainda que as circunstâncias de produção não podem ser ignoradas: deve-se ter em mente que tais fontes “foram resultado da vigilância ou perseguição de indivíduos, grupos e organizações”.<sup>12</sup> Nesse sentido, pode

---

<sup>9</sup> Judith Patarra, *Iara: reportagem biográfica*, São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

<sup>10</sup> Alessandro Portelli, *História oral como arte de escuta*, São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 18.

<sup>11</sup> Portelli, *História oral como arte de escuta*, p. 19.

<sup>12</sup> Gabriela Águila, “Estudiar la represión: entre la historia, la memoria y la justicia. Problemas de conceptualización y método”, in Patricia Flier (org.), *Dilemas, apuestas y reflexiones teórico-metodológicas para los abordajes en Historia Reciente*, Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata, 2014, pp. 20-55 (p. 39).

haver inconsistências ou falsificações criadas por tais grupos para sua própria proteção.

### *Antes de agosto de 1971*

Iara Iavelberg e Carlos Lamarca ingressaram no MR-8 entre março e abril de 1971. Até aquele momento, ambos integravam a direção de outra organização, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a qual estavam ligados desde sua criação, em 1968.<sup>13</sup> O grupo, porém, vinha sendo muito impactado por prisões e assassinatos de seus quadros desde meados de 1970, com consequências diretas na direção nacional.<sup>14</sup> Por esse motivo, o casal estava confinado em múltiplos “aparelhos”, com poucas possibilidades de ações práticas e diálogo com os outros militantes.

Nesse contexto, o MR-8 se apresentou como opção viável por oferecer infraestrutura organizacional mais sólida tanto no Rio de Janeiro quanto no interior da Bahia.<sup>15</sup> Em carta enviada a irmãos, que se encontravam exilados no Chile, Iara justificou a mudança: “ingressamos no MR-8 com o qual nos identificamos politicamente. Pensamos que nesta fase há que se criar condições, buscando uma base social. Nenhuma força política atual no país dispõe dessa base de apoio. Penso que estamos atravessando a fase mais dura da esquerda brasileira”.<sup>16</sup> Com “base social”, ela se referia a angariar apoio às organizações de luta armada entre a população comum, superando, assim, o isolamento em que as esquerdas se encontravam. Por questões estratégicas e de segurança, o casal acreditava que tal isolamento poderia ser mais facilmente rompido na área rural, onde supostamente se aproximariam dos trabalhadores com mais facilidade.

Enquanto os arranjos para a mudança eram feitos, eles moraram em cerca de quatro “aparelhos” ligados ao MR-8 na Guanabara, e foram retirados de todos eles às pressas, por risco de que a repressão chegasse a qualquer

---

<sup>13</sup> Juliana Marques Nascimento, “Além da musa da esquerda: uma biografia histórica de Iara Iavelberg (1944-1971)”, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2023, <https://www.historia.uff.br/academico/pt-br/dissertacoes-e-teses/dissertacoes/?page=6>.

<sup>14</sup> Fábio Chagas, “A Vanguarda Popular Revolucionária: dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1971)”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista, Franca, 2000, p. 104.

<sup>15</sup> Codarin, *O MR-8 na luta armada*.

<sup>16</sup> “Ingresamos al MR-8, com El que nos identificamos politicamente. Pensamos que em esta fase hayqyecrear condiciones buscando uma base social. Ninguna fuerza política actual em El país dispone de esta base de apoyo. Pienso que estamos atravessando la fase más dura de la izquierda brasileña.” *apud* Lucia Sepulveda, “El Capitán Lamarca: unhéroedelpueblobrasileño”, *Punto Final*, Santiago, v. 20, n. 140 (1971), pp. 26-27 (p. 26).

momento. Dois militantes que tinham conhecimento da localização do casal, foram mortos sob custódia da polícia política nesse período: Stuart Angel e José Gomes Teixeira. Outros foram presos e barbaramente torturados para que fornecessem informações sobre onde eles estariam escondidos.<sup>17</sup>

Após o desaparecimento de José Gomes, a organização achou por bem apressar o deslocamento para a Bahia e, em fins de junho, o casal foi conduzido ao estado, de carro, por dois militantes da regional da Bahia do MR-8 e um simpatizante carioca.<sup>18</sup> Iavelberg e Lamarca se separaram em Vitória da Conquista, quando o ex-capitão rumou às proximidades do município de Buriti; ela, por sua vez, foi levada a Salvador, onde permaneceria temporariamente.<sup>19</sup>

Contudo, o Oito havia sofrido com muitas prisões na capital baiana, após a então diretora regional do grupo ter sido detida, em março daquele ano.<sup>20</sup> A infraestrutura não havia sido reorganizada completamente e, por isso, membros da cúpula, em conjunto com Iavelberg, decidiram que a melhor opção seria que ela vivesse em Feira de Santana,<sup>21</sup> onde militantes baianos e outros oriundos da Baixada Fluminense iniciavam trabalho de base.<sup>22</sup>

Depois de cerca de um mês vivendo com a família de um ex-quadro do PCB incorporado ao Oito, Iavelberg foi retirada da casa em Feira de Santana por dois motivos: além de não ter sido aceita pelo dono da casa, com o qual teve um relacionamento conflituoso durante sua estadia,<sup>23</sup> José Carlos de Souza, o militante que a levou à Bahia, foi preso no início de agosto, colocando em risco sua segurança.

### *De 6 a 19 de agosto de 1971*

Em 6 de agosto, José Carlos de Souza foi preso enquanto caminhava no centro de Salvador, com César Queiroz Benjamin, que conseguiu fugir. Souza relatou que foi imediatamente levado ao quartel do Forte do Barbalho, onde foi interrogado e torturado por autoridades de várias agências: a própria Polícia Federal, mas principalmente o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), de acordo com suas memórias.<sup>24</sup> Essa informação é

---

<sup>17</sup> Nascimento, “Além da musa da esquerda”.

<sup>18</sup> Entrevista concedida por Rui Berford Dias à autora, Rio de Janeiro, 20 abr. 2023, acervo pessoal.

<sup>19</sup> AEL, FJP, *Entrevista com José Carlos de Souza* [ca. 198-].

<sup>20</sup> Codarin, *O MR-8 na luta armada*, pp. 265-266.

<sup>21</sup> AEL, FJP, *Entrevista com José Carlos de Souza*; AEL, FJP, *Entrevista com João Lopes Salgado*.

<sup>22</sup> Fabrício Teló, “Organizações armadas e camponeses: comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975)”, Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019, p. 173, <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/9480>.

<sup>23</sup> Folha de S. Paulo, São Paulo, 10 jul. 1987, p. B-3.

<sup>24</sup> Entrevista concedida por José Carlos de Souza à autora, São Paulo, 26 mar. 2021, acervo pessoal.

intrigante, pois, de acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade (doravante CNV), o Forte do Barbalho era a sede do Comando da Polícia do Exército (PE) e da 4ª Companhia de Guardas.<sup>25</sup> Assim, pode-se inferir que houve colaboração entre diferentes entidades, tanto civis quanto militares.

A prisão de Souza era importante para o MR-8 na Bahia por diversos fatores: além de ser um dos poucos militantes a saber da presença de Lamarca e Iavelberg no estado, ele tinha conhecimento da localização exata do ex-capitão – e, conseqüentemente, da área rural do grupo – e, como dito anteriormente, havia participado da decisão de que a última deveria viver em Feira de Santana.

Ciente disso, Benjamin optou, então, por encontrá-la para um “aparelho” em Salvador, localizado em um bairro de classe média alta, a uma quadra da praia. O apartamento, número 201 do Edifício Santa Terezinha, fora alugado meses antes, em maio, em nome de Lúcia Bernadeth Cunha, que lá residia com seu filho pequeno e uma empregada. Seu companheiro Cantídio Dias de Freitas, advogado, a visitava periodicamente e constava, junto com sua outra esposa, como fiador no contrato de locação.<sup>26</sup>

Depois de algum tempo, a irmã de Cunha, Nilda Carvalho Cunha, e o namorado Jaileno Sampaio da Silva também foram morar na residência – os dois eram militantes do MR-8, mas Lúcia afirmou não saber, à época, da extensão do envolvimento de ambos. Ademais, ela declarou que jamais teve a intenção de que o local se constituísse em um abrigo clandestino para militantes, dado que não tinha qualquer envolvimento político com as organizações.<sup>27</sup> Justamente esse fator pode ter sido crucial para que o apartamento fosse considerado pelo Oito como de extrema segurança.<sup>28</sup>

Iara Iavelberg provavelmente passou a morar no edifício por volta do dia 10 de agosto, tendo sido apresentada aos moradores como amiga de Nilda e sob o nome falso “Liana”.<sup>29</sup> César Benjamin também se hospedou temporariamente, até que ambos decidiram que ele deveria ir ao Rio de Janeiro tentar retomar contato com a organização e avisá-los do risco que a área onde Lamarca estava, corria.<sup>30</sup>

Enquanto isso ocorria na Pituba, José Carlos de Souza, que havia sido transferido para a delegacia da Polícia Federal, era interrogado sob tortura. Em entrevista, disse que tinha em mente que precisava omitir dos torturadores a localização do ex-capitão por uma semana, para que houvesse tempo de que a

---

<sup>25</sup> CNV, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade: mortos e desaparecidos políticos* (v. 3), Brasília: CNV, 2014, p. 1391.

<sup>26</sup> STM, *Autos Findos 90*, pp. 45-51.

<sup>27</sup> AEL, FJP, *Entrevista com Lúcia Bernardeth Cunha*, [ca. 198-].

<sup>28</sup> AEL, FJP, *Entrevista com César Queiróz Benjamin*.

<sup>29</sup> STM, *Autos Findos 90*, p. 240.

<sup>30</sup> AEL, FJP, *Entrevista com Lúcia Bernadeth Cunha*.

área fosse esvaziada. Então, deu uma informação que pensou ser inofensiva: disse que, antes de ser preso, estava se preparando para deixar Salvador. Ao desmontar o “aparelho” em que vivia, doou os móveis para outro companheiro da organização, os quais foram levados em uma caminhonete alugada.<sup>31</sup> Esse companheiro era Jaileno e os móveis tinham sido diretamente levados para o apartamento na Pituba, onde Iavelberg morava há poucos dias. Foi justamente o veículo que efetuou a mudança que permitiu à PF descobrir a localização da residência.<sup>32</sup>

O cerco, no entanto, não foi feito imediatamente após a obtenção do dado. Gradualmente, os policiais empreenderam uma investigação para ter mais informações sobre os residentes do apartamento 201. Atrás do prédio, e de frente para a praia, havia um terreno baldio. Moradores da época recordam que, dias antes da operação, alguns “hippies” montaram um acampamento, e lá permaneceram por até cerca de um mês depois da efetivação do cerco.<sup>33</sup> Tratava-se, no entanto, de policiais disfarçados.

Ademais, a mando dos agentes, a empresa “Manfer”, administradora responsável pela locação do imóvel, enviou um representante ao apartamento sob alegação de que haveria um vazamento:

O representante (...) esteve no interior do referido apartamento e, de volta a esta chefia, relatou: que foi atendido por duas moças; não há móveis praticamente; os dois quartos estão fechados com chave, segundo disseram as moças; viu pneus usados e perto da cozinha observou um livro ou documento com os seguintes dizeres *A concepção marxista do homem*.<sup>34</sup>

As duas moças descritas eram, provavelmente, Lúcia Bernadeth Cunha e a empregada; Iavelberg estava em um dos quartos trancados, com uma crise de asma e bronquite.<sup>35</sup> Possivelmente no mesmo dia, ela foi à farmácia, acompanhada de Nilda e Cantídio, que recordou ter notado algo estranho: “na volta, eu chamei a atenção... Chamei a atenção de Nilda, e não de Iara. Uma kombi, bem defronte ao apartamento, do outro lado, que levou o dia todo... O dia seguinte, não consertavam. ‘Pô, ainda está consertando aquele diacho daquele carro defronte’”.<sup>36</sup>

---

<sup>31</sup> *Em busca de Iara*. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.

<sup>32</sup> STM, *Autos findos 90*, p. 19-21.

<sup>33</sup> AEL, FJP, *Entrevista com Ana Maria Santos*[ca. 198-]; *Entrevista concedida por José Arthur Moreira Bagatini à autora*, Rio de Janeiro, [3 dezembro 2020], acervo pessoal.

<sup>34</sup> STM, *Autos findos 90*, p. 37.

<sup>35</sup> AEL, FJP, *Entrevista com Lúcia Bernadeth Cunha*.

<sup>36</sup> *Em busca de Iara*.

Estes eventos se deram no dia 19 de agosto de 1971, véspera do cerco. O documento intitulado *Plano de Operação* previa uma grande mobilização. Há que se levar em consideração que pode ter sido elaborado após os fatos terem ocorrido. “Prevía-se”, então, a presença de cinco equipes, com agentes não apenas federais, como explicita a descrição:

**Equipe A:** Agentes federais [3]

Duas metralhadoras

Quatro granadas de gás lacrimogêneo

Motorista policial

Caminhoneta Chevrolet com rádio – PF-1

Um *walkie-talkie*

Armamento portátil individual (revólver ou pistola)

**Equipe B:** Quatro elementos dos Fuzileiros Navais

Três metralhadoras

Quatro granadas de gás lacrimogêneo

Motorista

Caminhoneta Rural da Polícia Federal

Armamento portátil individual (revólver ou pistola).

**Equipe C:** Sargento do COMCOS [Comando Costeiro] e agente federal

Duas metralhadoras

Motorista

Carro Volks com rádio – PF-2

Fotógrafos [2]

**Equipe D:** Quatro militares do CODI/6 [Centro de Operações e Defesa Interna]

Duas metralhadoras

Caminhoneta Rural do CODI/6

Motorista do CODI/6

**Equipe E:** Dois militares do CODI/6 Uma metralhadora

Carro Volks do COMCOS

Motorista do COMCOS

2) Quatro guardas do DETRAN [Departamento Estadual de Trânsito]

Uma ambulância da PM/BA<sup>37</sup>

Nota-se que diversos órgãos de segurança, além da Polícia Federal, participariam do cerco. O armamento previsto também era de peso: dez metralhadoras, além dos revólveres e pistolas portados por cada agente, incluindo oito granadas de gás lacrimogêneo. Chama a atenção ter sido disponibilizada apenas uma ambulância, em comparação com a quantidade de arsenal utilizado.

O documento cita ainda as chefias de quais entidades estariam presentes, sem, no entanto, nomeá-las: “a operação vai ser dirigida pelos Chefes da 2ª

---

<sup>37</sup> STM, *Autos findos* 90, pp. 37-39.

Seção da 6ª RM [Região Militar] e do COMCOS [Comando Costeiro], estando também presente o Delegado Regional da Polícia Federal”.<sup>38</sup> O trabalho da CNV identificou algumas destas pessoas: o general Argus Lima era o comandante da 6ª Região Militar (RM) naquele ano; o coronel Luiz Arthur de Carvalho, delegado da PF na regional da Bahia e Sergipe; além do major Nilton de Albuquerque Cerqueira, que chefiava a 2ª Seção da 6ª RM e o Centro de Operações e Defesa Interna 6 (CODI-6).<sup>39</sup>

Nesse sentido, cabe refletir um pouco acerca dos órgãos de repressão e segurança. Apesar de ter havido tentativas anteriores à ditadura de se constituir uma Polícia Federal (PF), sua atuação encontrou empecilhos no federalismo incitado pela Constituição de 1946. Após o golpe civil-militar de 1964 e a nova Constituição de 1967 – que priorizou o poder executivo –, esta ideia foi retomada e colocada em prática com a criação oficial do Departamento de Polícia Federal (DPF), através do Decreto-Lei nº 200/1967.<sup>40</sup>

Não obstante fosse um órgão ligado a um dos ministérios “civis” da ditadura, o Ministério da Justiça, militares da ativa ou reserva normalmente estiveram à frente do DPF, de acordo com a historiadora Silmária Soares: “o cargo de Diretor Geral do DPF foi por muito tempo ocupado por generais ou coronéis do Exército, em sua maioria ligados à área mais radical”.<sup>41</sup> Isto se observa no caso da Bahia e Sergipe – que constituíam uma superintendência única –, cujo Superintendente, Luiz Arthur de Carvalho, era coronel do Exército.

Inserida na lógica de combate à “subversão”, a PF tinha como principais funções a proteção das fronteiras e a atuação na censura, além de investigação e contribuição para coleta de informações e espionagem. Segundo o historiador Carlos Fico, no final da década de 1960, militares mais radicais acreditavam que “as secretarias de segurança pública estaduais não atuavam com eficiência, mostrando-se lentos e desaparelhados os seus departamentos de ordem política e social para combater as novas ações da guerrilha urbana. O mesmo se dizia da Polícia Federal”.<sup>42</sup>

Depois do AI-5, consolidou-se a criação do sistema CODI/DOI, na tentativa de suprir essa “deficiência”, tendo como base principal a Operação Bandeirantes (Oban), de São Paulo. Assim, conforme Fico, os CODI eram:

---

<sup>38</sup> STM, *Autos findos 90*, p. 41.

<sup>39</sup> CNV, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*.

<sup>40</sup> Silmária Fabia de Souza, “Entre dados e controvérsias: a influência dos militares na criação e institucionalização de uma polícia federal brasileira”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, 2015, p. 76, <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A72EWD>.

<sup>41</sup> Souza, “Entre dados e controvérsias”, p. 80.

<sup>42</sup> Carlos Fico, *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*, Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 111.

Órgãos de ‘planejamento e coordenação das medidas de defesa interna’, dirigidos pelo chefe do estado-maior do Exército da área. (...) Compunham-se de representantes do distrito naval, da força aérea, da divisão local de ordem política e social, da Polícia Federal e da agência local do SNI, além, naturalmente, do Exército, que tudo comandava.<sup>43</sup>

A ação conjunta entre a PF e os demais órgãos de repressão, como os CODI, parece ter sido frequente. Entretanto, ao menos no caso da Bahia, essa “parceria” não parece ter ocorrido sem disputas, como veremos mais à frente.

Embora não esteja descrito no *Plano de Operação*, as memórias de um então militante do PCB, José Ivan Dantas Pugliese, evidenciam a atuação conjunta dos órgãos. Ele morava em Salvador, também no bairro da Pituba, com sua madrinha em um palacete localizado muito próximo ao Edifício Terezinha, onde seria realizada a operação.

A madrinha que o abrigava era irmã do tenente-coronel Joalbo Rodrigues de Figueiredo Barbosa, então secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia. Possivelmente pelo parentesco e pela proximidade da residência com o apartamento alvo do cerco, na casa de Pugliese foi montado o “comando” da operação, com a presença dos chefes de todos os órgãos que integravam a ação, numa espécie de “Quartel General” (QG), segundo suas memórias:

[No dia 19], cheguei em casa por volta das 21 horas, vim da casa de minha namorada, entrei e fui para o meu quarto, que tinha entrada independente. Nisso, o [marido de minha madrinha] me chama e diz: “não conhecemos seus horários, eu quero pedir, você não pode sair, está preso aqui, porque nossa casa está sendo a sede das operações de prisão dos terroristas”. Fui até a sala. Lá estava Joalbo [Figueiredo], a polícia, aparelhagem, rádio, armas.<sup>44</sup>

Em outra entrevista, ele afirmou que muitas pessoas estavam presentes, apesar de só saber identificar Joalbo Figueiredo. Ao ficar sabendo que o cerco seria realizado no Edifício Terezinha, ficou angustiado, pois conhecia pessoas de esquerda que residiam no apartamento 402 e pensava que eles eram os alvos.<sup>45</sup> No entanto, segundo o *Plano de Operação* aponta, os agentes esperavam encontrar militantes do MR-8 no apartamento 201:

Foi localizado hoje o apartamento 201 na Rua Minas Gerais, nº 125, bairro da Pituba, onde, tudo indica, está servindo de “aparelho” para “Eduardo” [César Queiróz Benjamin] e “Dino”

<sup>43</sup> Fico, *Como eles agiam*, p. 122.

<sup>44</sup> AEL, FJP, *Entrevista com José Ivan Dantas Pugliese*, [ca. 198-].

<sup>45</sup> *Entrevista concedida por José Ivan Dantas Pugliese à autora*, São Paulo, 19 fev. 2021, acervo pessoal.

[João Lopes Salgado] e duas moças, os dois primeiros considerados de alta periculosidade pelo próprio “Rocha” [José Carlos de Souza], todos pertencentes também à organização MR-8.<sup>46</sup>

O pesquisador Wilson Pinheiro entrevistou um dos agentes federais que participou do planejamento e da execução do cerco, Emanuel Cerqueira Campos, então chefe do Setor de Diligências Especiais e do Setor de Inteligência da Delegacia de Polícia Federal da Bahia. Ele afirmou ter sido o responsável pelo levantamento de informações a respeito dos habitantes do Edifício Terezinha, argumentando que o processo teria levado três meses.

A respeito de Iavelberg, apontou que já a havia identificado entre os moradores: “constatei a presença desta criatura que, depois que nós fizemos a análise, constatamos que era Iara Iavelberg (...). Ela sempre se encontrava lá. E eu vou lhe dar um detalhe: ela usava sempre roupa preta. Ela saía e retornava constantemente”.<sup>47</sup> Estes dados, no entanto, não se confirmam em cruzamento com os documentos da época, como o *Plano de Operação*, cujo objetivo era fazer um reporte interno.

Portanto, algumas hipóteses devem ser consideradas: a identificação final do apartamento parece ter ocorrido apenas no dia anterior, com a vistoria realizada pelo profissional da empresa administradora. A ideia de Campos de que se investigava o local há três meses não se sustenta, mesmo quando se leva em consideração a data do contrato de aluguel. Da mesma forma, ao que tudo indica, os agentes não esperavam encontrar nem Iavelberg nem Lamarca no local – isso porque a informação que José Carlos de Souza possuía era a de que o último se encontrava no interior da Bahia, ao passo que a primeira estaria em Feira de Santana.

## **20 de agosto de 1971: o cerco**

A operação estava prevista para se iniciar às 5h30 da manhã do dia 20 de agosto de 1971 – e, de acordo com os relatos, foi o que de fato ocorreu. Neste horário, todos os residentes do apartamento, seis pessoas, estavam dormindo. Jaileno Sampaio rememorou:

Quando invadiram o apartamento, pensou-se até que tinha explodido o botijão de gás, tinha um vazamento. Desceram

---

<sup>46</sup> STM, *Autos findos* 90, p. 37.

<sup>47</sup> Entrevista concedida por Emanuel Cerqueira Campos a Wilson Mário Pinheiro, Santa Terezinha, 4 mai. 2023, acervo pessoal.

todos, Nilda, Lucia, a criança. Ficamos eu e Iara. Não perceberam que ficamos (...). Eles arrombaram a porta, metralharam a porta da cozinha e arrombaram a porta da frente. Jogaram bombas de gás.<sup>48</sup>

O documento elaborado depois da ação, *Relatório de operações nº 002/71*, contou uma versão parecida, com alguns elementos que se destacam:

A equipe A, já em posição no interior do edifício, nas escadarias, dominando as duas portas do apto. 201, foi reforçada por elementos das equipes C e E. O desenrolar da ação vai ser descrito do seguinte modo:

- A equipe A conseguiu abrir as duas portas forçando-as com os pés; lançou uma granada lacrimogênea e voltou às posições de observação, aguardando que alguém saísse.

- Minutos depois, a equipe D lançou pela janela do fundo duas granadas lacrimogêneas.

- *Nesse momento, a fumaça produzida foi tão intensa que impediu a visibilidade e produziu fortes efeitos na equipe A, provocando inclusive que um elemento deixasse a metralhadora num dos batentes da escadaria, pois não foram usadas as duas máscaras emprestadas pela PM/BA.*

- De repente, a equipe A foi surpreendida com três mulheres que se chocaram com alguns dos seus componentes na parte que começa a descer para o andar térreo. Uma delas trazia nos braços uma criança de meses. Uma quis retornar, mas a equipe conseguiu logo algemá-las e segurá-las. Foram conduzidas imediatamente para o andar térreo e daí para o local da viatura PF-1. Nessa altura, o fotógrafo da operação já usava o megafone acalmando os demais moradores, pedindo que todos abrissem as janelas e permanecessem em seus apartamentos; o mesmo ocorreu para os moradores de outras casas defronte ao edifício.

- Apesar das ordens dadas pela equipe A, na suposição de que ainda houvesse elementos no interior do apartamento “aparelho”, nenhuma resposta foi ouvida, nem percebeu-se qualquer movimento. *A equipe A foi obrigada a deixar momentaneamente o local devido aos efeitos do gás.*

- Uma das moças presas terminou por informar que o seu namorado “Carlos” estava no apartamento.

- Por isso, a equipe A voltou ao local com ela e a outra que se dizia empregada, algemadas, para que se pudesse fazer a entrada no “aparelho”. Ainda nessa ocasião, um elemento da equipe foi ao local anterior, na parte mais superior da escadaria e recolheu a metralhadora INA que havia sido deixada no início da ação.<sup>49</sup>

<sup>48</sup> AEL, FJP, *Entrevista com Jaileno Sampaio da Silva*, [ca. 198-].

<sup>49</sup> STM, *Autos findos 90*, pp. 53-55, grifos meus.

Mesmo com todo o planejamento, observam-se falhas na realização da operação – como a reação dos agentes que invadiam o apartamento ao gás lacrimogêneo lançado por eles mesmos; e a negligência com o armamento, que fora abandonado na escada. A partir destas brechas, Sampaio e Iavelberg escaparam. Ele pediu abrigo em outro apartamento, mas quando os agentes passaram a anunciar pelo megafone que se tratava de uma ação para prender “terroristas”, foi expulso pelos moradores e detido pelos policiais.<sup>50</sup>

Nenhum dos detidos disse aos agentes que haveria ainda uma moradora no apartamento, Iavelberg. Nilda disse à irmã que tinha certeza de que “Liana” havia escapado do cerco.<sup>51</sup> O relatório prossegue afirmando que, após a prisão das quatro pessoas, iniciou-se a desmontagem da operação:

- Continuou a equipe A, com os elementos de reforço, tentando a entrada no “aparelho” (...) o que veio realmente a ser alcançado, debaixo das maiores precauções e dos efeitos do gás.
- Os agentes encarregados da busca iniciaram o trabalho nas dependências do “aparelho”; arrecadaram o material constante da relação que vai anexa, sobressaindo o material encontrado no quarto da empregada (...) as demais equipes receberam ordens para se recolherem, ficando apenas a equipe de busca.
- *Determinou-se que haveria uma inspeção geral nos demais apartamentos, principalmente tendo em vista a possibilidade de existir alguma ligação de seus moradores com os do “aparelho”. Esse trabalho, contudo, só foi realizado no apartamento 401, no qual nada foi encontrado.*
- Perdurando os efeitos fortíssimos do gás, foi permitido que os demais moradores se retirassem dos seus apartamentos, indo para a rua ou casas situadas em frente ao edifício.
- Por volta das 7 horas foi concluído o estouro do “aparelho” (...).<sup>52</sup>

Por não terem realizado a inspeção geral nos outros apartamentos, os agentes não encontraram Iavelberg que, ao que tudo indica, havia pulado para a residência vizinha (apto. 202) pela área de serviço, localizada nos fundos do edifício – sem ser vista pela Equipe D, que supostamente observava o local a partir da avenida da praia.

---

<sup>50</sup> A respeito deste momento, consta o seguinte no relatório: “quase que simultaneamente o morador do apartamento 401 informa que um rapaz ali havia entrado, quando ele (morador) abriu a porta pensando tratar-se de um incêndio. O rapaz ainda ajudou a fazer a ligação telefônica e foi ao banheiro lavar o rosto. Quando o morador ouviu o megafone anunciar que se tratava de uma operação de estouro de um ‘aparelho’ subversivo, colocou o rapaz para fora e fechou a porta”. STM, *Autos findos* 90, p. 54.

<sup>51</sup> *Em busca de Iara.*

<sup>52</sup> STM, *Autos findos* 90, p. 57-59, grifos meus.

**Figura 1:** Foto da traseira do Edf. Terezinha, andar dos apartamentos 201 e 202



**Fonte:** Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71041397, *Relatório da Operação Pajussara*, Salvador, 1971.

Na Figura 1, é possível observar que a mureta da sacada traseira era comum aos dois apartamentos, feita com cobogó. Utilizando-os como apoio para os pés, estima-se que Iavelberg passou de um lado para o outro, chegando na dependência de serviço, composta com um quarto e um banheiro.

No 202, residia uma família paulista: Jandira Moreira Bagatini, seu marido Humberto Bagatini e três filhos – entre eles, José Arthur Moreira Bagatini, à época, com 16 anos. Em entrevista, o último recordou que, naquele dia, só ele e sua mãe se encontravam em casa; o pai e os irmãos haviam viajado para São Paulo. Depois que o cerco terminou, os moradores foram orientados a abrir as janelas:

Ficou aquele cheiro em todo o prédio, principalmente no meu apartamento que era no mesmo andar, ficou aquele cheiro de gás lacrimogêneo que é horrível. Aí eu e minha mãe fomos abrir as janelas. A gente nem sabia do que se tratava na verdade. Daí a gente foi abrir as janelas, para circular o ar. Quando eu vou no quarto da empregada (...) quando eu abro a porta, eu vejo a Iara lá dentro, estava com uma arma na mão e ela fez o sinal *pramim* ficar quieto. Não ameaçou, ela fez assim “psiu” (...) Daí eu cheguei para minha mãe, eu fechei a porta e falei com a minha mãe. “Mãe, olha, tem uma mulher com uma arma aí dentro do banheiro”. Aí minha mãe ficou meio apavorada, não sabia o que fazer.<sup>53</sup>

Posteriormente, ele adicionou um detalhe importante no desencadeamento dos fatos: “a porta desse banheiro estava com um problema (...) só estava abrindo por fora. Quem estava dentro do banheiro não conseguia

<sup>53</sup> Entrevista concedida por José Arthur Moreira Bagatini à autora.

abrir. A gente já sabia que estava com defeito, a gente nunca fechava a porta”.<sup>54</sup> Esta informação aparece também no relatório feito pela PF: “a mãe do rapaz mandou avisar que a fechadura do sanitário estava defeituosa e só podia ser aberta por fora”.<sup>55</sup> Por este motivo, Bagatini, ao fechar a porta, impediu que Iavelberg conseguisse sair.

Segundo seu relato, os dois recorreram a um amigo da família, que morava nas proximidades. Ao compartilharem o ocorrido com ele, receberam imediatamente a orientação de denunciarem a presença de Iavelberg à Polícia Federal.<sup>56</sup> Todos os elementos da narrativa de Bagatini coincidem com a descrição feita no relatório da PF – ainda que ele não estivesse ciente de sua existência, uma vez que se trata de documento inédito. De acordo com relatório, parte da equipe, que já havia sido dispensada, foi deslocada novamente para o edifício:

Desta delegacia, por ordem telefônica do cel. Delegado, saiu um reforço (...):

- a) Agente Barretto, vigiando pelo lado de fora, os fundos do edifício.
- b) Agentes Emanuel, Veras, Vilas Bôas, orientados diretamente pelo cel. Luiz Arthur, na cozinha e área interna do apartamento 201 – “aparelho” já estourado, com visão perfeita sobre a porta e basculante do sanitário onde devia estar escondida a pessoa vista pelo rapaz. A porta e basculante estavam fechados.<sup>57</sup>

Quando os policiais subiram, os moradores foram retirados das casas, esperando a conclusão da ação em frente ao prédio. O relatório descreve o que supostamente sucedeu a partir de então:

Primeiramente, lançou-se uma granada lacrimogênea no quarto de empregada (...). Observou-se também que o gás não estava agindo no interior do sanitário. Usa-se então o lançador de granada inerte, que permite apenas furar o basculante. Logo a seguir, ouve-se uma voz feminina dizendo “eu me entrego”. Aguardou-se qualquer movimento da porta, durante uns cinco minutos, mas nada aconteceu. Ao lembrar-se que a fechadura estava defeituosa, o cel. Luiz Arthur orientou para que ela abrisse o basculante e colocasse as mãos para fora, a fim de que o agente Emanuel pudesse abrir a porta. Como isso não tivesse sido atendido, usou-se novamente o lançador de granadas inertes

---

<sup>54</sup> Entrevista concedida por José Arthur Moreira Bagatini à autora.

<sup>55</sup> STM, Autos findos 90, p. 61.

<sup>56</sup> Entrevista concedida por José Arthur Moreira Bagatini à autora.

<sup>57</sup> STM, Autos findos 90, p. 61.

para fazer novo furo no basculante, que viesse facilitar o lançamento de uma granada lacrimogênea.<sup>58</sup>

O agente Emanuel, em entrevista recente, mudou sua versão. Inicialmente, insinuou que não participou do cerco de madrugada, tampouco da invasão ao sanitário. Seu argumento era de que sua atuação estava limitada à coleta de informações, sem qualquer participação em operações, prisões ou interrogatórios. Confrontado pelo entrevistador, que lhe apresentou o documento que cita seu nome, ele reconheceu que estava naquele momento, acrescentando outros elementos:

Ele já morreu, vou lhe relatar um fato, que ele não consta aí. A Iara atirou em Luiz Arthur [sorri, pausa]. Quando eu subi com o Luiz Arthur para constatar o fato, para depois relatar mais ao pessoal como seria desenvolvida a operação, mais ou menos a distância como daqui na porta, de um apartamento para o outro, ela atirou em Luiz Arthur e correu para o sanitário (...). O tiro foi dado (...). Aí foi que tomamos a iniciativa de pularmos, porque... Foi dado o tiro, aí é que cita a granada rarefeita, que nós jogamos.<sup>59</sup>

Mais à frente no testemunho, ele afirmou que Iavelberg não se comunicou com nenhum agente e que a versão, constante no relatório, de que ela teria dito “eu me entrego” seria completamente falsa.

Ressalta-se que tanto o documento da Polícia Federal quanto o relato de Bagatini mencionam o fato de a fechadura estar quebrada, abrindo apenas por fora. Dessa forma, como Bagatini bateu à porta ao encontrá-la, ela estava impossibilitada de abri-la e, portanto, sair do banheiro e atirar nos agentes. A hipótese aqui defendida é a de que o ex-agente tenha criado essa versão, mediante a repercussão do caso pós-ditadura, para justificar as ações de reprimenda posteriores, como o lançamento de gás lacrimogêneo.

Este fator, especificamente, chama a atenção: foram lançadas três granadas de gás lacrimogêneo, uma no quarto de serviço e duas no banheiro – o qual, de acordo com Bagatini, era muito pequeno, com cerca de 2 m<sup>2</sup>. Os documentos consultados para esta pesquisa não incluíam plantas dos apartamentos anexadas, apenas algumas fotos do exterior do edifício. Com o passar dos anos, muitas modificações foram feitas no local, restando poucos elementos construtivos da época.<sup>60</sup>

---

<sup>58</sup> STM, *Autos findos* 90, p. 61.

<sup>59</sup> Entrevista concedida por Emanuel Cerqueira Campos a Wilson Mário Pinheiro.

<sup>60</sup> *Em busca de Iara*.

Apesar disso, é possível fazer algumas conjecturas a partir das fontes disponíveis. Na fotografia editada (Figura 2), elaborada com relatos dos moradores e outras imagens, três estruturas foram apontadas: a) em verde, a parte de trás do apartamento 201, onde Iavelberg estava hospedada; b) em amarelo, a área do 202; c) em vermelho, as sacadas de cada apartamento, divididas por uma fina parede vertical, com a baixa mureta feita de cobogó. Identificadas com linhas tracejadas com as cores correspondentes a cada unidade, estão as portas que davam acesso às respectivas cozinhas. A seta amarela apontou o local, oculto na foto, onde havia a janela basculante do banheiro de serviço do 202, no qual Iavelberg estava trancada.

**Figura 2:** Parte de trás do Edf. Santa Terezinha, com apontamentos feitos pela autora



**Fonte:** Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71041397, *Relatório da Operação Pajussara*, Salvador, 1971.

As letras indicam as posições prováveis dos agentes federais, de acordo com o relatório: A) entre a mureta de cobogó e a porta para a cozinha – ou seja, dentro da varanda; B) dentro da cozinha, com visão para a porta do quarto de serviço, cuja janela (também basculante, não seguindo o padrão do edifício) se vê aberta na imagem, acima da seta; C) em cima das telhas que cobriam o vão depois das varandas, área que provavelmente, se estivesse descoberta, daria para o estacionamento. Os pontos A e C possuíam visibilidade da janela que dava para o banheiro; o ponto B tinha perspectiva da porta do quarto – que,

segundo o documento da PF, foi aberta depois que se verificou que a bomba lá lançada não fazia efeito no sanitário, que também tinha a porta fechada.<sup>61</sup>

Se a janela basculante do banheiro seguia o mesmo padrão da do quarto, visível na foto, possuía a parte passível de abertura feita de madeira, com as laterais imóveis de vidro –, dessa forma, estima-se que era possível enxergar o interior do banheiro, sobretudo após os furos feitos para jogar as granadas de gás.

O termo “gás lacrimogêneo” se refere a uma família de cerca de 15 compostos químicos. No entanto, o mais utilizado até os dias atuais foi o primeiro a ser criado: a ortoclorobenzilmalononitrila, chamada de CS: “este agente é disseminado na forma de uma fumaça ou neblina de gotículas minúsculas, que entram no corpo via inalação, agindo sobre os receptores sensoriais na pele e mucosa, causando sensação de queima e lacrimejamento”. Pesquisadores explicam que a “toxicidade é dependente da dose e do tempo de exposição”, além de ser influenciada pelo ambiente no qual foi difundido – em locais fechados, observam-se efeitos mais agressivos. Efeitos imediatos podem incluir irritação ocular, coriza, desconforto na boca e nos pulmões, erupção cutânea e náusea. A exposição prolongada ou altas doses podem causar cegueira, glaucoma, edema pulmonar e parada respiratória, podendo levar à morte.<sup>62</sup>

Outro ponto importante é que as gotículas de CS pulverizadas podem chegar às vias pulmonares. Em indivíduos com asma brônquica, a exposição ao gás pode desencadear uma crise asmática, e o aumento da respiração induzido pelo estresse pode levar à inalação maior de CS.<sup>63</sup> Considerando que Iavelberg estava tendo um ataque respiratório, parece plausível assumir que o gás – em grandes quantidades em um espaço pequeno e fechado – provocou efeitos severos, afetando até mesmo sua mobilidade.

Bagatini recordou que o cheiro forte permaneceu em sua casa por dias, forçando-o, junto com sua mãe, a ficar fora do apartamento por ao menos uma semana.<sup>64</sup> O odor se espalhou para outras unidades; Evandir Costa, zeladora do edifício na época, relatou que até “15 dias depois, os olhos ainda ardiam”.<sup>65</sup>

Dessa forma, quando lhe foi pedido colocar as mãos para fora do basculante como sinal de rendição – se de fato isto ocorreu como descrito no *Relatório de Operações* –, Iavelberg poderia estar com dificuldade de se

---

<sup>61</sup> STM, *Autos findos* 90, p. 61.

<sup>62</sup> Fernando Razuck e Renata Razuck, “Pulverizadores de agentes químicos – a química no gás lacrimogêneo e spray de pimenta”, *Revista Militar de Ciência e Tecnologia*, v. 37, n. 1 (2020), pp. 3-10, (p. 7).

<sup>63</sup> Razuck e Razuck, “Pulverizadores de agentes químicos”, p. 8.

<sup>64</sup> Entrevista concedida por José Arthur Moreira Bagatini à autora.

<sup>65</sup> AEL, FJP, *Entrevista com Evandir Rocha Costa*, [ca. 198-].

movimentar, diante dos efeitos do composto químico. Apesar disso, o rascunho do relatório de autópsia, escrito pelo legista Charles Pitex, não menciona a condição de seus pulmões e trato respiratório, o que impede a confirmação de qualquer dano.<sup>66</sup> Não se sabe se, na versão final do laudo necroscópico, há alguma referência a isso, dado que o documento “sumiu”.

Após supostamente não atender a ordem de rendição dos agentes federais, foi disparado um tiro contra Iavelberg, provavelmente através das aberturas feitas na janela. Neste momento, então, os agentes teriam destrancado a porta do banheiro, deparando-se com ela agonizando com um ferimento de bala no peito. Toda a estrutura da operação havia sido desmontada, portanto, não havia ambulância.

Paulo Rezende, morador do apartamento 301, recorda que os agentes pediram a ele que prestasse socorro com seu carro: “vieram um policial ao meu lado e um atrás, com ela deitada (...). Ela respirava. Silêncio total no carro. Eu ia correndo muito”. Ainda durante o trajeto, um dos agentes teria anunciado: “‘não adianta mais correr, ela acabou de morrer’”.<sup>67</sup> No colo de um policial federal, Iara Iavelberg faleceu.

### *As horas e os dias após a morte*

Ivan Pugliese recordou que, após “oficialmente” encerrado o cerco próximo à sua casa, saiu com o objetivo de ir ao trabalho. Enquanto estava no ponto aguardando o ônibus, ouviu as bombas novamente e voltou correndo para a residência de sua madrinha, onde ainda estavam Joalbo Figueiredo e algumas pessoas da operação. Ele afirmou que os ouviu, na sala, quando chegou a notícia de que Iavelberg havia sido baleada: “o pessoal começou a se abraçar e dizer ‘acabou, acabou, acabou’. O ‘acabou, acabou’ me marcou”.<sup>68</sup>

O vizinho Paulo Rezende, que conduziu o corpo dela até o hospital, relatou:

Chegamos no Pronto Socorro com o corpo, um médico veio examinar, providenciaram uma maca, e disse “está morta”. Veio um médico e pediu para preencher uma ficha. O federal veio comigo, pediu para pôr numa ala separada e nada de preencher ficha. Me disseram: “você está liberado”.<sup>69</sup>

---

<sup>66</sup> Arquivo Nacional (doravante AN), Fundo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (doravante CEMDP), BR DFANBSB AT0.0.0.313, *Rascunho - Exame Cadavérico de Iara Iavelberg*, Salvador, [24 agosto 1971], pp. 50-55.

<sup>67</sup> AEL, FJP, *Entrevista com Paulo Andrade Rezende*, [ca. 198-].

<sup>68</sup> *Entrevista concedida por José Ivan Dantas Pugliese à autora.*

<sup>69</sup> AEL, FJP, *Entrevista com Paulo Andrade Rezende.*

Este “federal”, de acordo com o *Relatório de Operações*, era o próprio Emanuel Cerqueira: “o carro deixou o local dirigido pelo proprietário levando o corpo da moça, o agente Emanuel e o motorista policial Veras. Ao regressarem ao local, informaram que o médico de serviço constatou que a moça já estava morta e por isso ia mandar o corpo ao Instituto Médico Legal”.<sup>70</sup>

Em entrevista recente, contudo, Cerqueira contou outra versão. Só confirmou que de fato estava no carro depois que o entrevistador leu o trecho do documento a ele, que disse: “não tinha... Não há sinal de vida nenhum. E sabe por quê? Porque... [pausa]. Ela bateu a porta. Na época. Nós descemos para falar com a senhora, certo, para autorizar nós abrirmos. Então quando nós chegamos, ela já estava falecida. Não sou médico, mas pela aparência”.<sup>71</sup>

A preocupação em ressaltar que Jandira Bagatini permitiu a entrada dos agentes em sua residência está também no relatório – provavelmente como tentativa de prevenir os agentes de sofrerem represália por não possuírem autorização oficial para isto.<sup>72</sup> Ao juntar os dois tópicos, Cerqueira demonstra preocupação em enquadrar suas ações nos meandros da lei.

Outra memória do ex-agente que se mostra improcedente é a de que Iavelberg havia sido identificada antes do início da operação. Os rascunhos do exame cadavérico realizado no Instituto Médico Legal Nina Rodrigues (IMLNR) indicam que as autoridades não sabiam de quem se tratava. Vários dos campos relativos a dados básicos foram preenchidos com “ign.”, ou seja, “ignorado”: seu nome, profissão, estado civil, naturalidade, filiação, instrução e religião.<sup>73</sup>

As fontes encontradas revelam troca de correspondência entre os órgãos de segurança de Salvador e os de São Paulo e Rio de Janeiro, em busca da confirmação de quem seria aquela pessoa. Na bolsa em que levava consigo, Iavelberg possuía documentos com nomes falsos diferentes: Clara Reicher e Maria Lúcia Ribeiro dos Santos. Curioso observar que a Polícia Federal buscava a primeira e o CODI-6, a segunda. O último remeteu telex à agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) do Rio de Janeiro no mesmo dia 20:

Hoje às 5:30h da manhã pessoal CODI-6 estourou aparelho Pituba (Bairro-Salvador). Preso Jair Lemos Sampaio, do MR-8 e uma moça. Após diligências, quando se processava verificação outros apartamentos edifício, foi constatado outra moça estava escondida um deles, armada. Momento agentes entraram no aposento prendê-lo, ela deu um tiro em si [sic] vindo a falecer a caminho/hospital. Em sua bolsa foi encontrado a carteira de

<sup>70</sup> STM, *Autos findos* 90, p. 63.

<sup>71</sup> Entrevista concedida por Emanuel Cerqueira Campos a Wilson Mário Pinheiro.

<sup>72</sup> STM, *Autos findos* 90, p. 59.

<sup>73</sup> AN, CEMDP, BR DFANBSB AT0.0.0.313, *Rascunho - Exame Cadavérico de Iara Iavelberg*, p. 52.

identidade da Guanabara (possivelmente falsa) de Maria Lúcia Ribeiro dos Santos filha de Guilherme dos Santos e Helena Ribeiro dos Santos. Havendo informações essa Agência referente subversivos apreço solicito remeter.<sup>74</sup>

À primeira vista, nota-se que o órgão reivindica a autoria da operação para si. Segundo o *Plano de Operação* analisado, ressalta-se que o CODI-6 forneceu apenas seis militares, mas nenhum deles estava presente no momento do assassinato. Ademais, o fato de enviarem o nome de Jaileno Sampaio grafado incorretamente e identificarem Nilda Cunha apenas como “uma moça” parece refletir pouco conhecimento a respeito das investigações conduzidas pela PF – e, por conseguinte, a atuação separada dos dois órgãos.

A agência do SNI do Rio respondeu ao telegrama, afirmando que a única informação que possuía a respeito de “Maria Lúcia Ribeiro” era de que tal nome teria sido utilizado por uma militante de outra organização, que se encontrava presa em São Paulo desde junho de 1970.<sup>75</sup> Dessa forma, nenhuma informação nova sobre a falecida foi coletada pelo CODI-6.

Já a PF, além do nome “Clara Reicher”, demonstrou que tinha sob sua custódia o cadáver e as fotografias apreendidas com Iavelberg. Em ofício de 21 de agosto, um dia depois do assassinato, o agente Emanuel Cerqueira, em comunicação com o Rio de Janeiro, já tinha conhecimento do nome verdadeiro da vítima e o local onde ela havia tirado as fotos 3x4 encontradas em seu poder.<sup>76</sup> Sua identidade foi confirmada neste mesmo dia em correspondência enviada pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE): informaram que o Instituto de Identificação Felix Pacheco (da Polícia Civil do Rio de Janeiro) havia feito cruzamento entre as cópias datiloscópicas retiradas do cadáver e outras colhidas em 1968, quando Iavelberg havia sido presa em São Paulo, resultando equivalentes.<sup>77</sup> Dessa forma, descobriu-se que a mulher morta em um banheiro de serviço era Iara Iavelberg, ninguém mais, ninguém menos que – na perspectiva da repressão – a companheira de Carlos Lamarca, o homem mais procurado do Brasil naquele período.

Esta constatação provocou mudanças na forma como a investigação estava sendo conduzida e ratificou a criação de uma “versão oficial” fictícia para a causa da morte de Iavelberg: a de que ela havia se suicidado. Tal versão já havia começado a ser contada informalmente para acobertar a responsabilidade da PF no caso, sobretudo para os moradores do Edifício Santa Terezinha,

---

<sup>74</sup> AN, Fundo Serviço Nacional de Informações (doravante SNI), BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71038777, *Informação nº 149/SNI/ASV/71*, Salvador, [16 setembro 1971], p. 3.

<sup>75</sup> AN, SNI, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71038777, *Informação nº 149/SNI/ASV/71*, p. 3.

<sup>76</sup> STM, *Autos findos 90*, p. 83.

<sup>77</sup> STM, *Autos findos 90*, p. 117.

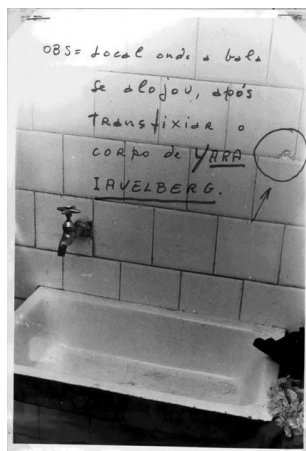
quando Iavelberg foi retirada baleada do local. O *Relatório de Operações* já incorporara essa narrativa ao relatar, depois do último gás lacrimogêneo lançado pela janela:

Aguardou-se novamente mais um minuto, quando ouviu-se um estampido vindo do interior do sanitário. O agente Emanuel abriu logo a porta, encontrando o corpo de uma moça perdendo sangue, caído sobre o vaso sanitário e um revólver calibre .38 caído no chão. O cel. Luiz Arthur, agentes Veras e Vilas Bôas puxaram o corpo para dentro do quarto, notando-se o orifício de um tiro exatamente na altura do coração. Enquanto o agente Emanuel providenciava recolher o revólver. 38, protegendo-o com um pedaço de papel e colocando-o em cima do colchão, bem como duas bolsas que a suicida portava.<sup>78</sup>

Mesmo mudando a versão para suicídio, o relatório não se preocupou em disfarçar a alteração da cena “do crime” feita pelos agentes: Iavelberg não foi retirada apenas para que se prestasse socorro; o revólver supostamente utilizado por ela também teria sido retirado do local onde estava caído originalmente, o mesmo para a bolsa.

O documento ainda menciona a presença da Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública – “que atendeu imediatamente ao chamado e procedeu também o exame do local” –,<sup>79</sup> mas não há nenhum exame de perícia anexado ao processo. Há apenas duas fotografias, apontadas como sendo do sanitário, mas que são muito aproximadas e não dão conta de mostrar todo o espaço. No mais, registram apenas um buraco de bala, sem que se mostre o projétil encontrado.

**Figura 3:** Supostas fotografias do banheiro onde Iara foi baleada



<sup>78</sup> STM, *Autos findos* 90, p. 61.

<sup>79</sup> STM, *Autos findos* 90, p. 61.



**Fonte:** Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71041397, *Relatório da Operação Pajussara*, Salvador, 1971.

Não há nada que demonstre que as fotografias foram tiradas de fato no local do crime, apenas as indicações manuscritas – a própria indicação do número do apartamento encontra-se rasurada, indicando que antes lia-se “201”. Nada se vê do ambiente como um todo ou dos adjacentes. Não é possível ter referências sobre onde se encontrava a porta e a janela basculante. Ademais, considerando que de fato este seja o banheiro no qual a vítima foi baleada, há uma divergência quanto à versão oficial apresentada pelo relatório: o suposto local onde a bala se alojou está em cima da pia, disposta de maneira perpendicular ao vaso sanitário. O documento afirmou, no entanto, que Iavelberg se encontrava caída no vaso.

A respeito do calibre da arma que efetuou o disparo, o relatório indica que havia sido um revólver 38; além disso, alega-se que Iavelberg carregava outro em sua bolsa, supostamente de calibre 22. No processo, consta um ofício de autoria de Joalbo de Figueiredo, secretário de Segurança Pública, dirigido ao coronel Luiz Arthur de Carvalho, no qual informa:

Encaminho a V.Sa os laudos de exames periciais de números 1248, 4250 e 1252, relacionados com a morte de uma pessoa do sexo feminino, ainda não identificada (...) acompanhando os mesmos as seguintes peças: Revólver marca Taurus, calibre 38, registro nº 43.785; Revólver marca Rossi, calibre 22, registro nº 335.364; 27 cartuchos de calibre 22; 16 cartuchos de calibre 38; 1 cápsula de calibre 38; 1 blusa; 1 par de sapatos; 1 projétil; 1 sacola; 4 carteiras de identidade.<sup>80</sup>

Alguns dias depois, outro ofício foi enviado, mencionando outros laudos, possivelmente referentes à cena do crime: “encaminho a V.Sa. os anexos laudos

<sup>80</sup> STM, *Autos findos* 90, p. 121, grifos meus.

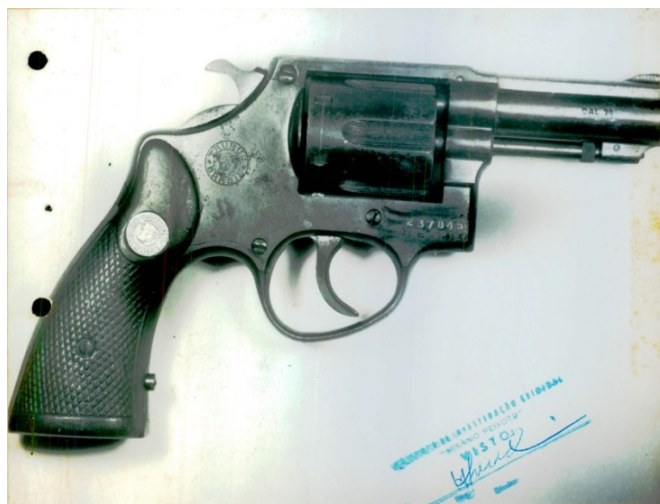
periciais números 1266 e 1291, concernentes ao fato recentemente verificado no apartamento 202 do edifício Santa Terezinha”.<sup>81</sup>

Tais documentos permitem inferir que foram feitos exames periciais, não apenas no local, como também possivelmente do revólver .38, da cápsula e do projétil listados acima. Nenhum destes laudos, contudo, está anexado ao inquérito – que depois se constituiu no processo analisado. Em ofício de 20 de outubro – quase dois meses depois do primeiro –, Joalbo comunicou a Luiz Arthur que teria havido um erro na arma periciada pelo Instituto de Investigação Criminal Afrânio Peixoto (Icap):

Os esclarecimentos anexos (...) prendem-se ao equívoco cometido no expediente nº 1.285, enviado a essa Delegacia Regional em 24 de agosto último e por V.Sa. apontado no ofício nº 1.334, de 12 do mês andante. *Efetivamente o aludido revólver marca TAURUS, calibre 38, para aí com outros enviados, tem número de registro 237.845 – e não 43.785, segundo foi, equivocadamente, consignado no laudo nº 1.248*<sup>82</sup>.

Consta também um documento do perito criminal Roque Cerqueira Pires, do Icap, reconhecendo o erro, com fotografia do revólver com o número “correto” anexada.<sup>83</sup> Destaco que ele era primeiro-tenente-médico do Corpo de Intendentes da Marinha.<sup>84</sup>

**Figura 4:** Suposto revólver portado por Lara Iavelberg no dia de sua morte, 1971



**Fonte:** Arquivo do Superior Tribunal Militar, *Autos findos 90*, p. 369.

<sup>81</sup> STM, *Autos findos 90*, p. 133.

<sup>82</sup> STM, *Autos findos 90*, p. 365, grifos meus.

<sup>83</sup> STM, *Autos findos 90*, p. 365.

<sup>84</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1971, p. 6.

Este suposto equívoco, aliado à ausência dos laudos no inquérito/processo, não parece mero acaso: os números de registros apontados não têm nenhuma similaridade que possa justificar a confusão, e colocam em xeque a credibilidade do processo de manejo das provas.

A ocultação de documentos que tratem das iniciativas para esclarecimento do que ocorreu com Iara se estende também ao próprio laudo necroscópico, que jamais veio a público ou sequer foi entregue à família Iavelberg. Apenas na década de 1990, através da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), o IMLNR liberou o rascunho do exame cadavérico.<sup>85</sup> Tal fonte forneceu informações importantes para o descarte definitivo da versão do suicídio. As anotações do médico legista sobre as dimensões exatas do orifício deixado pela bala permitiram a Daniel Romero Muñoz, médico e professor de Medicina Legal da USP, conduzir uma nova perícia, utilizando armamento e munição da época para reproduzir os disparos e determinar a distância com que foram feitos. Constatou-se, então, que o ferimento era incompatível com um tiro de contato, típico dos casos de suicídio, quando a vítima apoia a arma em si mesma para atirar.<sup>86</sup>

Um fato importante mencionado no laudo tardio de Muñoz é que, no rascunho do exame cadavérico original, o então médico legista Charles Pitex, no campo de causa da morte, preencheu com “suicídio?”, desconfiando da narrativa apresentada pelos oficiais presentes no cerco ao edifício.<sup>87</sup> Embora não se tenha acesso à versão final do laudo necroscópico, a mesma dúvida foi reproduzida no atestado de óbito, cujo campo “duração da enfermidade” foi preenchido da seguinte forma: “morte violenta (suicídio?)”.<sup>88</sup> Possivelmente por não terem conseguido dissuadir o médico de incluir esta pergunta no laudo e fazer com que acatasse a versão oficial de suicídio, o documento foi ocultado.

Sem a permissão de seus familiares, que sequer sabiam da notícia de sua morte, o corpo de Iavelberg foi embalsamado e mantido por cerca de um mês no IMLNR. Isso porque, já no *Relatório de Operações*, determinou-se: “por ordem da Direção do CODI-6, para que outras investigações e diligências não venham a ser prejudicadas, foi proibida qualquer divulgação de notícias sobre os fatos, pela imprensa, rádio e televisão”.<sup>89</sup>

Tal orientação parece ter relação direta com um evento ocorrido em 21 de agosto, um dia após a morte de Iavelberg, no Rio de Janeiro. Durante a noite,

---

<sup>85</sup> AN, CEMDP, BR DFANBSB AT0.0.0.313, *Rascunho - Exame Cadavérico de Iara Iavelberg*, p. 49.

<sup>86</sup> Daniel Romero Muñoz, *Laudo médico-legal*, São Paulo: Acervo Samuel Iavelberg, 2005, pp. 25-26.

<sup>87</sup> AN, CEMDP, BR DFANBSB AT0.0.0.313, *Rascunho - Exame Cadavérico de Iara Iavelberg*.

<sup>88</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, Prontuário nº 100.461, *Prontuário - Iara Iavelberg*, s.d.

<sup>89</sup> STM, *Autos findos* 90, pp. 63-65.

foram pegos numa blitz simpatizantes do MR-8 que conduziam César Benjamin a um aparelho; no carro estavam cartas que Lamarca escrevera para Iavelberg no período em que estavam separados.<sup>90</sup> Dias antes, Benjamin fora a um encontro com João Salgado, recém-chegado da área onde o ex-capitão se encontrava, e recebera as cartas que deveriam ser entregues a ela em Salvador – que já estava morta, mas eles não sabiam.<sup>91</sup>

Benjamin conseguiu fugir do cerco, mas os três companheiros foram presos e os documentos apreendidos, incluindo as cartas. Com a letra inconfundível de Lamarca e breves descrições geográficas sobre o local onde se encontrava, os órgãos de repressão não tardaram em compreender do que se tratava. Em 23 de agosto, mesma data na qual o cadáver de Iara foi identificado, agentes do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) da Guanabara levaram os documentos pessoalmente à Polícia Federal da Bahia.<sup>92</sup>

Estes não foram os únicos agentes de outros estados a se deslocarem à Bahia; José Carlos de Souza, que permanecia preso em Salvador, recordou que, depois da morte de Iavelberg, passou a ser interrogado por outras figuras: Sérgio Paranhos Fleury, chefe do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de São Paulo e, posteriormente, Abílio Correa de Souza, agente do CISA, da Guanabara.<sup>93</sup> Estas autoridades se deslocaram para aquele estado, mediante a alta probabilidade de que se encontrasse Lamarca.

Nesse sentido, além dos motivos comuns que levariam os agentes a manterem determinadas partes das ações em segredo, para que não se comprometesse o restante da investigação, havia a expectativa de que Lamarca viria “reclamar” o corpo de sua amada – com base em suas últimas frases na carta.<sup>94</sup> Ainda que Nilton Cerqueira, dez anos depois dos fatos, em 1981, tenha afirmado que a repressão temia que o ex-capitão tomasse conhecimento da morte de Iavelberg,<sup>95</sup> ainda na época, Charles Pitex deu uma declaração divergente: “ele recebeu ordem para embalsamá-la, porque as autoridades tinham esperanças de que Lamarca aparecesse, ou alguém do seu bando”.<sup>96</sup> Na mesma entrevista, o médico não afirmou que ela havia cometido suicídio,

---

<sup>90</sup> AN, SNI, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.83007774, *Informe nº 0995/SC-3*, Rio de Janeiro, [13 setembro 1971].

<sup>91</sup> AEL, FJP, *Entrevista com César Queiróz Benjamin*.

<sup>92</sup> AN, CEMDP, BR DFANBSB AT0.0.0.167, *Carta-diário de Carlos Lamarca para sua amante Iara Iavelberg*, Rio de Janeiro, [1971].

<sup>93</sup> *Entrevista concedida por José Carlos de Souza à autora*.

<sup>94</sup> “Segue esta carta impregnada de amor – vou te ver, nem que seja a última coisa na minha vida”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1987, p. B-12.

<sup>95</sup> *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 set. 1981, p. 16.

<sup>96</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 set. 1971, p. 4.

limitando-se a afirmar: “a causa da morte de Iara foi um tiro de calibre .38, que entrou pelo peito, perfurou o coração e saiu pelas costas”.<sup>97</sup>

Em 26 de agosto, um telegrama do Consulado dos Estados Unidos em Salvador foi enviado para a Secretaria de Estado do país, em Washington, com prioridade, informando que prisões feitas na Bahia aproximavam a repressão de Carlos Lamarca. Os dados teriam sido passados diretamente ao cônsul estadunidense, em sua casa, pelo coronel Evandro de Lima Araújo, do Comando Costeiro. O documento trata da prisão de José Carlos de Souza e da morte de Iara Iavelberg – referida como suicídio.<sup>98</sup>

Coronel Lima disse que Yara era uma grande influência na vida e formação ideológica de Lamarca, e quando o Lamarca souber de sua morte, ele ficará muito incomodado e possivelmente mais vulnerável a ser capturado. O coronel também acredita que Yara tinha mais influência na elite subversiva do que o próprio Lamarca e que, enquanto a morte do próprio Lamarca teria um grande impacto público, a morte de Yara enfraquecerá mais o movimento.<sup>99</sup>

A despeito da evidente supervalorização de Iara perante as autoridades estadunidenses, o que chama a atenção é, mais uma vez, a tentativa de utilizar sua morte para facilitar a captura de Lamarca.

### *Considerações finais*

Diante dos dados analisados, a versão oficial de suicídio parece ter sido orquestrada conjuntamente por autoridades federais e estaduais, civis e militares. A hipótese aqui defendida é a de que narrativa foi criada pelos agentes da PF, com aval do então delegado coronel Luiz Arthur de Carvalho – que estava presente no momento do disparo –, com o objetivo de convencer os moradores que aguardavam nas proximidades do Edifício Santa Terezinha. Deve ter havido comunicação entre Carvalho e o tenente-coronel Joalbo Figueiredo, secretário de Segurança Pública, que representava o estado da Bahia – cujo governador era Antônio Carlos Magalhães (conhecido como ACM), que,

---

<sup>97</sup> O *Globo*, Rio de Janeiro, 20 set. 1971, p. 4.

<sup>98</sup> No entanto, o documento destaca a rendição de Iara, anterior ao suposto suicídio – o que soa contraditório: “Yara se trancou em um banheiro de empregada e concordou em se entregar apenas após três granas de gás serem lançadas pela janela. Quando as autoridades abriram a porta do banheiro, ela atirou em si mesma no peito e morreu pouco depois”. Brown University Library, *Opening the Archives, Documenting U.S. - Brazil Relations, 1960s-80s, Lamarca in Salvador Area, Brasília*, 26 ago. 1971, p. 3.

<sup>99</sup> Brown University Library, *Lamarca in Salvador Area*, pp. 3-4.

embora não fosse militar, era da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e havia sido indicado ao cargo pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. Além disso, também foram informados da história o general Argus Lima e o major Nilton Cerqueira, responsáveis pelos órgãos de repressão do estado e sob responsabilidade direta das Forças Armadas.

O discurso parece ter sido ainda mais fomentado a partir do momento em que Iavelberg foi identificada – dado que, segundo a análise conclui, o disparo foi feito “precocemente” pelos agentes, que não cogitava tratar-se de pessoa de interesse para a obtenção de informações. À Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, Mariana Pamplona, sobrinha de Iavelberg e roteirista de um documentário sobre a tia, relatou que presos à época lhe disseram que o delegado Sérgio Fleury, do Dops de São Paulo, teria ficado furioso ao saber da morte de Iavelberg, por “querê-la viva”.<sup>100</sup>

A ideia de que ela teria sido morta “por engano” encontra eco no fato de que, segundo dados da CNV, ela foi a quarta vítima fatal por motivações políticas no estado, durante a ditadura civil-militar – ao passo que, em escala nacional, ela teria sido a 141ª vítima do regime.<sup>101</sup>

Antes de Iavelberg, o último a ser assassinado no estado da Bahia fora Inocêncio Pereira Alves, morto sob tortura em março de 1967 e enterrado como indigente. As duas primeiras vítimas, contudo, também foram falsamente apontadas como suicidas, revelando que a estratégia utilizada com ela não era nova no estado: tratava-se de Pedro Domiense de Oliveira e Péricles Gusmão Régis, ambos assassinados em maio de 1964.<sup>102</sup>

Depois de Iavelberg, outras cinco pessoas foram mortas pela repressão baiana, todas relacionadas ao MR-8 e vitimadas durante a “Operação Pajussara”: Luís Antônio Santa Bárbara e Otoniel Campos Barreto (28 de agosto de 1971); José Campos Barreto e Carlos Lamarca (17 de setembro de 1971); e Nilda Carvalho Cunha (14 de novembro de 1971). Cerca de um ano depois, Esmeraldina Carvalho Cunha, mãe de Nilda – que insistentemente cobrava às autoridades esclarecimentos sobre a morte da filha –, segundo conclusões da CNV, também teve suicídio forjado, em outubro de 1972.<sup>103</sup>

O assassinato prematuro de Iara Iavelberg, na perspectiva das autoridades de outros estados que se deslocaram à Bahia, parece ter sido visto como prova da “ineficiência” da PF para operações contra a “subversão”, como o historiador Carlos Fico apontou em trecho citado anteriormente.<sup>104</sup> Talvez por

---

<sup>100</sup> Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, *Ata de reunião da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo* Rubens Paiva, São Paulo, [4 mar. 2013], p. 35.

<sup>101</sup> CNV, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*.

<sup>102</sup> CNV, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*.

<sup>103</sup> CNV, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. pp. 1064-1066.

<sup>104</sup> Fico, *Como eles agiam*, p. 111.

esse motivo, o órgão – que, de acordo com o que indicam as fontes analisadas, era o mais atuante ao menos nas investigações contra as organizações de luta armada na região – foi despriorizado nas diligências da “Operação Pajussara”.<sup>105</sup> Esta foi comandada pelo CODI-6 e pela 6ª RM, com apoio das forças de outras cidades, sobretudo o Dops de São Paulo.

Em 17 de setembro de 1971, depois de tentarem fugir pelo sertão da Bahia, Carlos Lamarca e José Carlos Barreto foram encontrados pela Operação Pajussara e assassinados. O inimigo número 1 da ditadura civil-militar brasileira fora, finalmente, executado. A partir do dia 19, por todo o país, jornais iniciaram grande cobertura sobre o fim do ex-capitão, noticiando também o “suicídio” de Iavelberg. Até o fim do mês de setembro, apenas na mídia impressa, foram encontradas 15 publicações em periódicos, majoritariamente do eixo Rio-São Paulo.<sup>106</sup>

Portanto, através da ação conjunta de grande parte de seu aparato repressivo tanto na Bahia quanto em outras partes do país, a ditadura civil-militar anunciou que havia “derrotado” aqueles que tentavam implementar a guerrilha no Brasil. Para alcançar esse objetivo, foram empregados métodos característicos do terrorismo de Estado: vigilância, tortura, assassinatos e falsificação das causas das mortes. Segundo a historiadora Caroline Bauer, ao entender que esses são atos coordenados pelo Estado terrorista, “ações que poderiam ser vistas como excessos cometidos por alguns membros do aparato repressivo do estado passam a ser percebidas como o resultado de um sistema definido, previamente organizado e incentivado dentro da própria estrutura de poder”.<sup>107</sup>

\*\*\*

---

<sup>105</sup> Esta suposição foi baseada nas fontes consultadas para esta pesquisa. Além disso, não encontrei trabalhos que tenham como foco principal a organização e atuação dos órgãos de segurança, especificamente no estado da Bahia.

<sup>106</sup> Provavelmente devido ao fato de mais jornais desta região estarem digitalizados e disponibilizados para a pesquisa online.

<sup>107</sup> Caroline Bauer, “Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988)”, *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina, 2005, pp. 1-8 (p. 7),

## Referências

Alessandro Portelli, *História oral como arte da escuta*, São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Carlos Fico, *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*, Rio de Janeiro: Record, 2001.

Caroline Bauer, "Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988)", *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina, 2005, pp. 1-7.

Comissão Nacional da Verdade, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade: mortos e desaparecidos políticos* (V. 3). Brasília: CNV, 2014.

Daniel Aarão Reis, *A revolução faltou ao encontro: os caminhos do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1989.

Denise Rollemberg. "Esquerdas revolucionárias e luta armada", in Jorge Ferreira e Lucília Delgado (orgs.), *O Brasil republicano: o tempo do regime autoritário. Ditadura militar e redemocratização*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 49-100.

Fábio Chagas, "A Vanguarda Popular Revolucionária: dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1971)", Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista, Franca, 2000.

Fabício Teló, "Organizações armadas e camponeses: comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975)", Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019, <https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/9480>.

Fernando Razuck e Renata Razuck, "Pulverizadores de agentes químicos – a química no gás lacrimogêneo e spray de pimenta", *Revista Militar de Ciência e Tecnologia*, v. 37, n.1 (2020), pp. 3-10.

Gabriela Águila, "Estudiar La represión: entre La historia, la memoria y la justicia. Problemas de conceptualización y método", in Patrícia Flier (org.), *Dilemas, apuestas y reflexiones teórico-metodológicas para losabordajes em HistoriaReciente*, Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata, 2014, pp. 20-55.

Higor Codarin, *O MR-8 na luta armada: as armas da crítica e a crítica das armas*, São Paulo: Alameda Editorial, 2019.

Janaína Martins Cordeiro, *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*, Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

Judith Patarra, *Iara: reportagem biográfica*, São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

Juliana Marques do Nascimento, "Além da musa da esquerda: uma biografia histórica de Iara Iavelberg (1944-1971)", Tese (Doutorado em História), Universidade Federal

Fluminense, 2023, <https://www.historia.uff.br/academico/pt-br/dissertacoes-teses/dissertacoes/?page=6>.

Lucia Sepulveda, "El Capitán Lamarca: un héroe del pueblo brasileño", *Punto Final*, Santiago, v. 20, n. 140 (1971), pp. 26-27.

Silmária Fabia de Souza, "Entre dados e controvérsias: a influência dos militares na criação e institucionalização de uma polícia federal brasileira", Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, 2015, <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A72EWD>.

---

Artigo recebido em 01-10-2024. Aceito para publicação em 03-06-2025.

---

*Citação:* Juliana Marques do Nascimento, "Um assassinato transformado em suicídio: ação conjunta das agências de segurança estaduais e federais na repressão à luta armada durante a ditadura civil-militar na Bahia-Brasil (1971)", *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 43 (2025), pp. 1-34.

---

*Contato da autora:* Juliana Marques do Nascimento: [juliana.mar08@gmail.com](mailto:juliana.mar08@gmail.com).